



Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

ISSN: 1390-1079

ISSN: 1390-924X

chasqui@ciespal.org

Centro Internacional de Estudios Superiores de
Comunicación para América Latina

Ecuador

ECHENIQUE DOMINGUEZ, Carlos André

O silêncio dos afogados e o ethos jornalístico

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación, núm. 136, 2017, -Março, pp. 95-110

Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
Ecuador

DOI: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v0i136.3277>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16057380007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

O silêncio dos afogados e o *ethos* jornalístico

The silence of the drowned and the journalistic ethos

El silencio de los ahogados y el ethos periodístico

Carlos André ECHENIQUE DOMINGUEZ

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil / cadredominguez@gmail.com

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación

N.º 136, diciembre 2017 - marzo 2018 (Sección Monográfico, pp. 95-110)

ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X

Ecuador: CIESPAL

Recibido: 30-07-2017 / Aprobado: 18-12-2017

Resumo

Este artigo discute o silenciamento de vozes na produção de noticiário em jornais de Posadas, na Argentina (*Primera Edición* e *Território Digital*) e Porto Alegre, no Brasil, (*Zero Hora* e *Correio do Povo*) e investiga a cobertura realizada pelos veículos, de 2003 até 2014, em relação ao projeto de construção de duas hidrelétricas na fronteira entre os dois países, Brasil e Argentina, no rio Uruguai. O resultado dessa análise aponta a ausência da voz dos ribeirinhos atingidos pelo projeto. Conclui-se que o jornalismo dá uma grande contribuição para a discussão da complexidade ambiental.

Palavras-chave: jornalismo; *ethos*; ambiente; hidrelétrica; imaginário.

Abstract

This paper focuses the silencing of voices in news production in Posadas, Argentina (*Primera Edición* and *Territorio Digital*) and Porto Alegre, Brazil, (*Zero Hora* and *Correio do Povo*), and investigates the media coverage of 2003 until 2014, in relation to the construction of two hydroelectric plants on the border between both countries, Brazil and Argentina, on the Uruguay river. The analysis indicates the absence of the riverside dwellers' voices, who are affected by the project. Finally, the article stand up for the idea journalism makes a great contribution to the discussion of environmental complexity.

Keywords: journalism; *ethos*; environment; hydroelectric power station; imaginary.

Resumen

Este artículo discute el silenciamiento de voces en la producción de noticias en periódicos de Posadas, Argentina (*Primera Edición* y *Territorio Digital*) y Porto Alegre, Brasil (*Zero Hora* y *Correio do Povo*) e investiga la cobertura realizada por los medios desde 2003 a 2014 en relación al proyecto de construcción de dos hidroeléctricas en la frontera entre ambos países, Brasil y Argentina, en el río Uruguay. El resultado de este análisis apunta la ausencia de la voz de los ribereños alcanzados por el proyecto. Se concluye que el periodismo aporta una gran contribución a la discusión sobre la complejidad ambiental.

Palabras clave: periodismo; *ethos*; ambiente; hidroeléctrica; imaginario.

1. Introdução

Imagine um sobrevoo sobre o Rio Uruguai. Pode ser até no *google hearth*, ferramenta que usa imagens de satélites para mostrar cenas do globo terrestre. Pode ser de avião, de balão, não importa. Que saia da cidade de Porto Alegre, no Brasil e vá com destino a Posadas, na Argentina. O passageiro vai enxergar enquanto se dá o sobrevoo no estado do Rio Grande do Sul uma infindável plantação, com lavouras de grãos, cereais e leguminosas intercalada por pasto para criação de gado e algum bosque de mato remanescente. Ao se aproximar da Argentina, vai surgir um sinuoso traçado: é o rio Uruguai, última fronteira verde de mata nativa no oeste gaúcho. Ao entrar no país vizinho o cenário muda. A província de Misiones concentra a maior floresta argentina. Temos um estado agropecuário ao lado de uma província florestal, separadas por um rio caudaloso.

O território foi uma só floresta por milhares de anos. A derrubada da floresta do Alto Uruguai começou a acontecer na década de 1950, pelo lado brasileiro. Hoje, em 2015, mais de 60 anos depois restam apenas os 17 mil hectares do Parque Estadual do Turvo e a mata ciliar em alguns locais de difícil acesso no curso de água. O parque é marcado por um afundamento de dois quilômetros de extensão, o Salto do Yucumã, Moconá (espanhol) ou Moko-nã (guarani). Do salto, para a direção leste, o rio Uruguai está marcado por três barramentos de usinas hidrelétricas. Para a direção contrária apenas a represa de Salto Grande, na República Oriental do Uruguai, interrompe suas águas antes de se encontrar com o rio Paraná e formar o rio da Prata que desagua no mar. As duas maiores cidades da região neste passeio virtual, Porto Alegre e Posadas, uma de colonização portuguesa e a outra espanhola, são os centros administrativos e políticos regionais. Cidades de cultura ocidentalizada e população mesclada por miscigenações no decorrer dos séculos. As cidades ostentam seus jornais, como a maioria das metrópoles modernas. Estes jornais interessaram para esta pesquisa, sobretudo por conta de sua cobertura sobre o projeto de modificar o território com a construção das usinas hidrelétricas de Garabi-Panambi. E ali buscamos elementos para tentar responder uma pergunta: porque o *ethos* jornalístico existente entre os responsáveis pela produção jornalística referente à problemática do complexo hidrelétrico de Garabi-Panambi produz em seu noticiário um silenciamento discursivo em relação aos ribeirinhos do Rio Uruguai. Neste caminho saímos do silenciamento do ribeirinho para chegar ao *ethos* jornalístico diante da complexidade da problemática da questão ambiental para a sociedade atual. Analisamos para tanto os jornais de Posadas, na Argentina (*Primera Edición* e *El Territorio*) e Porto Alegre, no Brasil, (*Zero Hora* e *Correio do Povo*) e investigamos a cobertura realizada pelos veículos, de 2003 até 2014, em relação ao projeto de construção de duas hidrelétricas na fronteira entre os dois países, Brasil e Argentina, no rio Uruguai. Foram utilizados como subsídios teóricos metodológicos a Análise do Discurso, na linha de Pêcheux (1988; 2004; 2010 & 2011) as Teorias do Jornalismo e do Ambientalismo.

2. Marco teórico

Esta questão está imersa em um tecido que se sustenta em falhas. O Salto do Yucumã é uma falha. Para o saber científico é uma falha geológica, um afundamento do leito do rio de 100 metros de profundidade. Para os povos originais da região é uma falha no tecido da realidade – um caminho para outros universos. Estas duas perspectivas podem se encontrar em algum imaginário. Em sonhos. Vitor Hugo disse que “O sonho é o aquário da noite” (1973, p. 43). No sonho de quem vive tudo de uma vez, no agora de um ofício encarregado de narrar o presente. À noite, no Yucumã, com a lua de lanterna estive em muitos versos. Sonhei neste aquário infinito de florestas escuras e céu infindo. E o sonho também tinha falhas.

Para fazer uma hidrelétrica tem de existir a necessidade da energia gerada por ela. Esta necessidade está diretamente ligada a um modelo de ocupação do território alicerçado na exploração capitalista das riquezas naturais para que exista o acúmulo de riquezas para os donos dos meios de produção. Este legado ocidental foi implantado a ferro e fogo na região, sustentado historicamente pela espada e pela cruz. A força e o discurso da força removeram até onde conseguiram a cultura dos povos originais. Ficaram os mitos e o DNA dispersos pelos corpos miscigenados. Esta relação do homem e a natureza também contém uma falha, a falha metabólica causada pela exploração do trabalho. Falha intransponível segundo Karl Marx (2013) e a gerações de pensadores marxistas que apregoam a incompatibilidade do sistema capitalista com a preservação dos sistemas ambientais responsáveis por assegurar a vida à espécie humana e todas as outras formas de vida do planeta. Desta ótica, a implantação de uma grande central hidrelétrica nada mais é que apenas mais um episódio nesta saga insana de acumulação de riquezas desprovida de sentido. E a crise ambiental que atravessamos seria o sintoma claro da falha irreversível que pode vitimar a raça humana e demais habitantes do globo. Esta falha se revela no modo de produção que visa em primeira instância o lucro, ou seja, a acumulação de riquezas por parte dos detentores do aparato produtivo e do poder financeiro. As formas de suplantar ou suprimir esta falha são muitas, polêmicas, inconfessáveis, utópicas, resilientes, porém, sua demonstração não é objeto desta pesquisa. Ficamos com a proposta de organização social de trabalhadores cooperativados como exemplo, visto que é um dos modos de produção mais utilizado na região em análise. O que nos interessa de fato para esta construção e narrativa é que a questão rege o enfrentamento de dois campos sociais, os ambientalistas e os capitalistas. Esta disputa transborda no rio discursivo como uma enchente braba, inundando a posicionamentos oriundos de outros saberes. O jornalismo está encharcado desta disputa. Há o jornalismo ambiental que nasceu para exprimir e intervir no tecido social mostrando e demonstrando a necessidade inadiável de que seja freado o processo de desenvolvimento do sistema capitalista, ou por que se esgotam as matérias-primas, ou por que o processo

de manipulação e transformação destas produz resíduos e impactos ambientais que aniquilam as condições de subsistência da vida na terra. Outros jornalismo ignoram esta questão. E alguns buscam construir um discurso mais condizente com a complexidade da questão. Digo que esta possibilidade é a menos comum, porém a mais necessária diante do desafio.

Existe conjuntamente uma terceira falha, que é a falha discursiva. Em 1975, sobre influência de Foucault, Pêcheux (1988) formula a noção de que não há sentido *a priori* no signo. O sentido decorre de formações discursivas (FD). O eu é o sujeito que deixa suas marcas na língua/fala no momento de enunciação. Ao expor que “não há discurso sem falha”, Pêcheux liberta seu pensamento para “o acaso, a contingência e a possibilidade de liberdade”, enunciados do filósofo Epicuro (1985). Não, o discurso não é absoluto. E o jornalismo, construtor de narrativas discursivas diárias, está inserido nesta problemática. O jornalismo tem falhas. É completamente incoerente a obsessão jornalística com a objetividade pura e simples da informação. A objetividade existe sim, com suas falhas e limitações próprias do ser humano. Assim como é hoje contraproducente a histeria de aceleração do fluxo de informações digitalizadas que geram apenas um consumo rápido, cada vez mais rápido, de coisa nenhuma. Há sim a possibilidade de liberdade no acaso e na contingência dos discursos e dos saberes que estão contidos na expressão do pensamento, da formação de imagens, no devir dos sentidos, no sentir das emoções.

3. Discussão

Afirmamos que o ato de contestar o estabelecido é um ato de gênese do jornalismo. É um valor e é uma essência. O contestar não pode estar isento de emoção e afeto. Para fazer a contestação de um projeto que promete as maravilhas do desenvolvimento e do progresso que já “existe” nas cidades, embora restrito a parcelas da população, requer do jornalista mais do que conhecimento formal e científico. É preciso trilhar o caminho que vai mais além do factual. É transitar nas falhas. É sim o jornalismo uma maneira de interpretar “o ser e o acontecer”, como proposto por Groth (2011). Não é simples. Mas é essencial para que se possa avançar e manter o que de mais afetivo há no jornalismo. O exercício da produção de notícias é uma necessidade orgânica do ser humano. Retomo aqui o que já foi expresso sobre a essência e valor do jornalismo. Disse que o jornalismo é uma “ação cultural”, uma obra do pensamento humano, que influencia no modo como percebemos a sociedade e, intrinsecamente ligada a valores humanísticos que determinam sua finalidade. Em um sistema social, o jornalismo tem o seu valor e finalidades definidos como o instrumento do saber humano, imaterial, que influencia e é pela realidade influenciado, não todas as instâncias do real, mas aquelas a que os jornalistas são levados a vivenciar por uma prática definida. E a realidade esta imersa nas três falhas que acabamos de

descrever conjuntamente de forma mais sintética. Esta tríade de falhas (imaginária, ambiental e discursiva) é o manancial onde o *ethos* jornalístico da atualidade pode matar a sede de sentido, que no dizer de Sodré pode ser pensado como "O *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira que implica contingência, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de carências e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, com deve ser" (Sodré, 2008, p. 46.) Ou perder-se para sempre na deriva.

Necessita o jornalismo ser complexo como assim o é a própria realidade em que está inserido. Olhamos, este analista e os subsídios de tantos autores, bem de perto uma amostra de noticiário sobre o acontecimento Garabi. Mesmo com um sem número de irregularidades legais, administrativas, ambientais, sociais e de saúde evidenciadas no processo de implantação do projeto das hidrelétricas há uma opção clara entra a maioria dos jornais em não noticiar estes aspectos. Não há equilíbrio. Há um encobrimento efetivo de questões que coloca em risco a aceitação pela população da atividade governamental. Mesmo existindo a exceção à regra, no noticiário do jornal *Primera Edición*, de Posadas, na Argentina, pouca voz se dá a população diretamente atingida. O silenciamento é evidente, tanto numericamente quanto qualitativamente.

Temos que viver é conhecer, bebendo nas fontes da Teoria da Vida proposta por Capra (2006). E se silenciarmos não podemos conhecer bem, pois estaremos privilegiando apenas alguns aspectos, em uma repetição monótona e previsível. E isso deve ser deixado bem claro. Se não conhecemos, não vivemos. No jornalismo, esta atuação está distanciando o fazer de todo o potencial que o seu *ethos* possibilitaria. É o que se vê nos noticiários desta análise. A opção editorial por um único enquadramento – a necessidade de fazer a usina por conta de seu alto investimento – é avassaladora. Este sentido se evidencia na escolha das editorias (seções temáticas dos jornais), que estão no grupo formado pelos jornais analisados, sendo dois de Porto Alegre, *Zero Hora*, *Correio do Povo* e dois de Posadas, *Território Digital* e *Primera Edición*, e onde são encontradas as editorias de economia, dinheiro, tecnologia, política, local e região. Porém é no texto das notícias e na sua classificação que se pode perceber uma formação de sentido que leva o leitor para a assertiva: o progresso é bom a qualquer preço.

Esta solução discursiva é cômoda para quem a publica, pois neste movimento governamental sobram à energia para os moradores e, também, jornalistas das capitais. Já para os moradores da região da usina sobram todos os problemas culturais, sociais, econômicos, ambientais e de saúde. A conta não fecha. A relação é desigual. Os governos e empresas estatais promulgam princípios que são adotados como verdade pelas empresas jornalísticas que publicam as notícias. A injustiça social se perpetua como algo menor, um dano necessário. Não importa se existem discursos e pesquisas científicas que demonstrem que os estragos serão irreversíveis e a geração de energia pífia. Não importam outros saberes que não sejam oriundos do campo econômico, político e admi-

nistrativo. O fato de que um dos quatro jornais adotou o ponto de vista contrário ao do primeiro grupo de três jornais demonstra para mim que toda cobertura jornalística depende de posicionamentos, valores e sim, de um *ethos* que é praticado por aqueles que tomam as decisões. É muito significativo que a notícia que usei para demonstrar a opção editorial do jornal *Primera Edición* seja uma pauta investigativa que publica justamente um relatório científico que aponta por meio de especialistas a criação de uma situação de destruição ambiental, social e cultural de uma população. É o furo de reportagem.

Na batalha cotidiana de publicação sempre há espaço para mudanças de rumo, mas precisam existir argumentos. E a informação privilegiada é um dos expedientes que tem maior peso nas decisões editoriais. É difícil não publicar um furo. Claro que muito material é engavetado por força da ação de autoridades que não desejam a divulgação de informações que possam virar a opinião pública contra suas ações. Mas não é só a questão política. Falo aqui da questão jornalística. Falta sim proximidade cultural com os ribeirinhos. Os moradores do local não são jornalisticamente relevantes para os diários analisados. As vozes surgem em raras ocasiões dentro da amostra. Nos jornais *Correio do Povo* e *El Territorio* não se encontram falas da população. No jornal *Zero Hora*, apenas em uma reportagem. E no jornal *Primera Edición*, a palavra da população em geral – não especialistas – também é limitada, mas presente. Sustento esta afirmação com a análise dos noticiários presente na síntese exposta na tabela abaixo, que diferencia os acontecimentos discursivos (Pêchueux, 1988). No Brasil, foi Indursky que diferenciou os tipos de acontecimentos, sendo que o acontecimento discursivo é aquele em que se dá, dentro de um discurso, o surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva. Vale dizer: a ruptura é radical e definitiva; o sujeito não suporta mais os saberes da formação discursiva em que se inscrevia e com ela se desidentifica, dela se retirando. Este movimento o conduz necessariamente para a instauração de uma nova formação discursiva e a produção de novos saberes. (Indursky, 2008, p. 28). Por outro lado, temos o *acontecimento enunciativo*. Este acontecimento implica apenas na instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD. Dito de outra forma: surge aí uma nova fragmentação em relação à forma-sujeito, ou seja, surge aí um novo modo de enunciar os sentidos no interior de uma formação discursiva, mas este novo modo não opera pelo viés da ruptura com a formação discursiva e com a forma-sujeito. (Indursky, 2008, p. 28). Dito isso, passamos para a tabela desta pesquisa.

Tabela 1. Tipos de acontecimentos discursivos no noticiário sobre Garabi – 2007-2014

| Jornal | Superposição | Acontecimento discursivo Contra-identificação | Acontecimento enunciativo Contra-identificação | Desidentificação | Total |
|------------------------|--------------|--|---|------------------|-------|
| <i>Primera Edición</i> | 38 | 114 | 46 | — | 198 |

| | | | | | |
|------------------------|------------|------------|-----------|----------|------------|
| <i>El Territorio</i> | 15 | — | 5 | — | 20 |
| <i>Correio do Povo</i> | 29 | 2 | 8 | — | 39 |
| <i>Zero Hora</i> | 38 | 5 | 14 | — | 57 |
| Total | 120 | 121 | 73 | — | 314 |

Fonte: autor

Quando surge a voz do ribeirinho, ela confere uma carga dramática à narrativa jornalística. Como no exemplo abaixo:

“Acá se vive tranquilo. Siempre fue un lugar calmo y lleno de bellezas naturales, salvo en la época en la que pasaban los bandeirantes. Ahí era más complicado. Yo viví acá toda mi vida y siempre escuché eso de la famosa represa, pero no creo que se haga nunca. No hay razón para que nos saquen de acá y para destruir un lugar tan hermoso como éste”, expresó uno de los lugareños más longevos de Puerto Azara, Mauricio, de 88 años vividos íntegramente aquí. (“En Azara no saben qué será”, 2009)

É a opinião de quem tem poucas informações sobre o tema. O que é uma constante na região. A informação é controlada. As vozes dissidentes de lideranças ambientalistas sustenta o discurso contra hegemônico de que as usinas hidrelétricas não trazem o progresso. Estes sim encontram abrigo nas páginas do jornal de Posadas, Argentina, com mais frequência. Evidencia-se a escolha da entidade civil Mesa Provincial No a las Represas como interlocutora habitual dos jornalistas. Estão lado a lado com as fontes oficiais na sustentação das notícias. Enquanto no grupo dos três jornais o fluxo discursivo pode ser sempre colocado como tendo origem em alguma fonte ligada a setores governamentais, na cobertura de *Primera Edición*, as iniciativas da Mesa Provincial ocupam este espaço. Novamente reforço que os moradores da região do rio Uruguai não tem este protagonismo, à exceção das reportagens especiais onde os repórteres são enviados as cidades ou quando são moradores que tem alguma função em entidades da sociedade civil, como associações ou sindicatos. Ai é que reside a questão fundamental para o meu entendimento da produção jornalística e de seu *ethos*.

Quando o repórter sai a campo ele altera a sua percepção usual de qualquer acontecimento por conta do deslocamento no território social e sua inserção no cotidiano do outro que não é uma fonte habitual. O repórter só é repórter quando lhe é permitido - ou quando ele assim exige - que apure informações longe do ambiente controlado da redação. É possível fazer apurações remotamente, mas o resultado sempre é parcial, limitado a declarações. Não há imersão. Este procedimento não retira a necessidade de pesquisa prévia e consulta a banco de dados e arquivos. Quanto mais conhecimento for pesquisado, mais rica será a apuração.

Trago de Park questão de o jornalismo ser uma necessidade orgânica do ser humano (Park, 2008) e que está em relação direta com a sociedade, sendo influenciado por ela e a ela influenciando. Isto só ocorre plenamente quando há a inserção do repórter no tecido social. E assim, ao retornar a redação também o repórter irriga com outros saberes os colegas repórteres e editores. Esta dinâmica promove uma oxigenação no ambiente de trabalho. Destroi muitos santos de barro. Interfere na organização administrativa do jornal. E por conta disso é muitas vezes limitada pelas chefias e pelo código não escrito de normas e comportamentos aceitáveis: o *ethos*. Esta relação não pode ser generalizada e muda de veículo para veículo, sendo distinta de acordo com o grupo de jornalistas de cada redação. É na essência heterogênea assim como os discursos produzidos.

4. Metodologia

Três grandes eixos sustentam esse trabalho: o conhecimento sobre o meio-ambiente, o *ethos* jornalístico e a cena social do acontecimento Garabi. O saber ambiental foi tratado desde a sua origem na teoria marxista que descreve a separação do homem da natureza pelo trabalho, a falha metabólica presente até hoje no cerne da questão da crise ambiental do século XXI. O *ethos* jornalístico e seus valores e essência foram recuperados historicamente, perfazendo um trajeto que se inicia na modernidade, onde o Jornalismo ganhou a forma atual, e chegando aos dias de hoje, quando a atividade enfrenta o desafio de conseguir dar conta da complexidade e das falhas decorrentes do processo discursivo de uso da linguagem jornalística. Para compreender o contexto social em que transcorre o acontecimento Garabi-Panambi, foi feita uma investigação jornalística com o método de apuração para produção de reportagem. Esta reportagem-ensaio (Medina, 2003, p. 57) trouxe a voz dos ribeirinhos, suas histórias e culturas, estabelecendo a polifonia de vozes.

Com a reflexão desta contextualização sobre o território e seus habitantes, e com as teorias do Jornalismo, Ambientalismo, Análise do Discurso e Imaginário, recortamos conceitos para fazer um retrato do universo simbólico que envolve jornalistas e ribeirinhos. Postula-se que a imersão no natural e em suas imagens é determinante para a formação de saberes jornalísticos que produzam sentidos múltiplos e complexos, acolhendo outros conhecimentos da sociedade em que o jornalista está inserido e onde ele exerce seu ofício.

Quando se procede a uma análise de noticiário como a desta pesquisa, se faz um recorte arbitrário de determinados veículos. Neste trabalho, tal procedimento focou a análise nos veículos regionais, com mais proximidade com o tema. E ficou evidente a pouca participação dos moradores locais entre as vozes ouvidas pelos jornalistas. Os saberes ribeirinhos não chegaram à redação dos jornais analisados, salvo as exceções do *Primera Edición*.

O procedimento de recorte baseado nas noções de Análise do Discurso relativas às formações discursivas e a tomadas de posição do sujeito demonstra que os jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Território Digital* tem a maioria das Sequências Discursivas classificada como superposição. A superposição é o discurso do “bom sujeito”. Ele se coloca dentro da Formação Discursiva dominante e reforça uma ordem pré-existente. Porém, como em todo discurso há uma falha, surgem em meio ao sentido mais intenso (escorado no mito do progresso da modernidade) sentidos outros, dispersos. Ocupam estes uma formação discursiva especial como o discurso ambiental. Muitos jornalistas – e isso pode ser visto no noticiário – já têm os especialistas do campo ambiental em suas relações de fonte. Mesmo com um espaço reduzido, estes atores estão no cenário. Lutam na arena simbólica e propõem atividades como marchas, bandeirações, consultas populares, manifestações e outras ações para romper o cerco do silenciamento. Em grande medida, no jornal *Primera Edición* este movimento acontece. Neste diário, entre os fragmentos analisados, a contra-identificação é a tomada de posição majoritária.

Estes indícios discursivos são partículas que auxiliam a montar o mosaico da questão da cobertura jornalística. O texto evidencia direções no sentido. Como se fossem fluxos hídricos de noções que desaguam nas relações entre jornalistas, leitores e fontes. Na teia da vida o jornalista usa sua linguagem para interferir no tecido social. Ao congelar este fluxo, o analista pode ver aspectos que na corrente cotidiana não se deixam perceber. E, ao emergir na complexidade do tema, ver as nascentes de saberes que brotam das pedras. Uma posição é de que o rio tem mais saberes e poderes do que a energia potencial hidroelétrica. Outra posição é de que o morador, o ribeirinho do rio Uruguai, deve ter voz na discussão que ocorre na arena pública dos periódicos. A sua não inclusão é um erro, usando como parâmetros de avaliação a técnica básica do método de apuração jornalístico. Como priorizamos a notícia – de acordo com Park – na formação de sentido e não a reportagem por conta do aspecto de repetição cotidiana da notícia, só posso afirmar que o noticiário dos jornais *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *El Território* reforçam a necessidade inadiável de fazer as usinas hidrelétricas. O progresso e o desenvolvimento, duas noções abstratas, de acordo com estes diários, podem atuar na realidade do território e são considerados como forças que canalizam recursos administrativos-financeiros das duas nações e produzem melhorias na qualidade de vida dos moradores, como escolas, hospitais, pontes, lagos, etc. Só um olhar fechado e parcial pode se deter nesta constatação. Em nenhum momento é questionado ou recuperado pelos jornalistas a sequência de acontecimentos anteriores e exemplos de outras obras semelhantes que trouxeram problemas socioambientais até hoje não resolvidos. O contraditório surge apenas como efeito de pluralidade em raras exceções, que dentro da amostra tem pouca ou nenhuma relevância. Para o leitor diário do noticiário a exceção é exatamente isso: uma exceção. Está despida do potencial renovador da dúvida. É relegado ao aspecto da história dita humanizada das reportagens especiais.

Mas não equilibram a avalanche de notícias que exaltam o “investimento” e a necessidade de “energia” para vencer o “atraso”. Entre o noticiário cotidiano e a reportagem eventual também se apresenta um desequilíbrio.

5. Resultados

A crise ambiental já entrou na vida dos moradores ribeirinhos. Espreita-os da soleira da porta. As vozes dos ribeirinhos recolhidas na audiência pública e na ocasião da consulta popular trazem o medo diante de um inimigo que lhes parece invencível: o progresso, personificado pela usina hidrelétrica. Não é a figura simpática do desenvolvimento, mas sim a imagem da ruína de uma felicidade simples de quem trabalhou a vida inteira e agora tem de ter seu futuro afogado juntamente com as lembranças de um passado de adaptação ao ambiente.

O saber que pode apontar formas de superar a falha metabólica do capitalismo e a natureza tem previsão de ser afogado num lago, denominado de “bomba-biológica”. E é o biólogo Maturana que dá a chave para desarmar a bomba:

se não há encontro, não há interação, e se há encontro, sempre há um desencadear, uma mudança estrutural no sistema. A mudança pode ser grande ou pequena, não importa, mas desencadeia-se nele uma mudança estrutural. De modo que uma história de interações recorrentes é uma história de desencadeamentos estruturais, de mudanças estruturais mútuas entre o meio e o ser vivo, e o ser vivo e o meio. (Maturana, 2001, p. 61)

A interação. O encontro mediado pelo afeto e pela emoção do amor. Os homens se aproximam da natureza pela informação há milênios. O pensamento selvagem, assim nominado por Lévi-Strauss (1989), é uma amostra desta etapa. O que hoje chamamos cultura é oriundo de operações mentais que analisam informações da natureza. Este encontro é múltiplo e é complexo. E não é regido apenas pela razão. Nesta relação com o natural a elaboração de saberes opera no racional e no imaginário, concomitantemente. Não se deve escrever sobre o Yucumã sem estar ou ter estado no Yucumã. Por quê?. Por conta da falta de interação. Não se pode interagir com um lugar sem estar nele e usar os sentidos para percebê-lo. A narrativa jornalística necessita esta dose de realidade e interação com o natural e com o humano. Assim, não há justificativa para a falta de vozes dos ribeirinhos no noticiário. Há sim, uma tentativa definida de silenciamento. Não temos o ribeirinho pois dele não necessita o jornalista. Não está em seu *ethos*. Nenhum *daimón* sopra o ouvido do repórter esta necessidade. Ou muito pouco. Em pequenas doses até se dá um rompimento com o pré-estabelecido. E a forma mais propícia de virar o jogo discursivo se manifesta na tomada de posição que um furo jornalístico tem de potencial. Foi o que revelou a notícia do jornal *Primera Edición*, que obteve acesso a estudo científico que comprovava

uma série de problemas para a população que o projeto da represa iria ocasionar. A partir deste episódio, a cobertura jornalística passou a buscar vozes que sustentassem o publicado no documento secreto. É importante notar que o valor maior desta informação é de ela ser do próprio governo. Nada do relatório é uma novidade dentro dos saberes ambientais. O particular desta situação é o fato de autoridades governamentais terem encomendado o estudo e decidido pelo seu ocultamento, deliberadamente, comprovando uma postura não condizente com o servidor público.

Nos jornais brasileiros nem uma palavra sequer deste episódio. E, a fala de ambientalistas que denunciam informações semelhantes ao do relatório secreto, recebem um pequeno espaço no noticiário, sempre adequadamente contrapostas por dizeres de autoridades das empresas estatais que garantem que nada de prejudicial ocorrerá por conta da instalação das usinas e que as compensações financeiras serão adequadas. Os lagos serão usados para pesca e turismo, não sendo feita nenhuma menção a questão do aumento de doenças. Em muitas notícias que foram denominadas pela análise como de contra-identificação, porém classificadas como acontecimento discursivo, se demonstra que existirão problemas sim, de infraestrutura e de desalojamento de pessoas, perda de terras produtivas e outros fatos isolados. Porém, o que se busca é um indenização financeira real. Em outras palavras, os atingidos aceitam a usina, desde que bem indenizados, transferindo o discurso monetarista para os ribeirinhos que mesmo nas poucas aparições não o pronunciam. Quem pede melhores compensações financeiras são os prefeitos e diretores de entidades sindicais e de movimentos sociais.

Para o morador o problema é além do dinheiro. O ribeirinho reclama da perda da sua história de vida. Do afogamento da memória, da vida cotidiana, do círculo de familiares e vizinhos que dão sentido ao seu modo de vida interiorano. Reclamam de que vão perder qualidade de vida pois são agricultores e criadores de animais, atividades que não podem exercer nas vilas das cidades maiores, local onde sabem que acabariam por conta dos relatos que recebem e de uma certeza que o conhecimento apurado da realidade local lhes ensina: não há terras para vender.

É importante destacar que este acontecimento – projeto de uma hidrelétrica – não é usual nem corriqueiro. É uma intervenção bilionária, feita com recursos públicos e tem uma duração incalculável. Não é uma simples notícia por nenhum ângulo de análise ou ponto de vista. Tantos os que são favoráveis quanto os que são contra tem de fazer esforços incriveis para viabilizar o projeto ou para barrá-lo. Por isto é incompreensível à luz de qualquer teoria ou técnica jornalística o minguado noticiário e a centralidade da questão econômica na condução da discussão.

Por conta desta incompreensão é que abrimos a análise para outros saberes. Não será o discurso isoladamente que poderá nos dar alguma resposta. O discurso e sua análise permite consolidar uma ideia. Esta ideia, o predomínio

discursivo da propagação do progresso como ideologia, nos leva diretamente para o choque frontal com o saber ambientalista que demonstra que a fórmula esgotou-se por conta de que a natureza tem recursos finitos. Para sairmos do impasse, sustento que a aproximação das leis da natureza não opera exclusivamente por meio de técnicas científicas. E também que o jornalismo como integrante dos sistemas vivos está no universo das interações sociais.

Novamente recordamos Maturana (2001) que afirma que a história de um ser vivo é uma história de interações que desencadeiam nele mudanças estruturais. Se no microuniverso da biologia é pelas interações que ocorrem as mudanças, também no tecido social, onde opera o jornalismo, tal atitude ocasiona mudanças estruturais. Felizmente são muitos os exemplos de que interações trazem mudanças estruturais. A interação entre os povos originais e os colonizadores europeus produziram mudanças nos dois lados, criando um terceiro. Claro que esta interação não foi desprovida de violência. Mas também não foi desprovida de amor.

O saber jornalístico está limitado por um *ethos* que transforma os muitos aspectos da realidade em um discurso único. Diante do anúncio de um megaempreendimento como o de Garabi-Panamby que produzirá uma efetiva alteração no território e na vida de milhares de pessoas, os jornais publicam prioritariamente notícias com informações sobre o aspecto econômico, as cifras do investimento, os empregos gerados para a obra, os impostos decorrentes das operações posteriores de geração de energia. E o saber do ribeirinho é desprezado pelo jornalista. Esta é uma questão que no meu entender só pode ser explicada em parte pelo *ethos*. Retomo a noção pela definição de Park: “os gregos aplicavam o termo *ethos* para a soma de usos característicos, ideias e padrões e códigos pelos quais um grupo era diferenciado e individualizado em caráter de outros grupos. Ética eram as coisas que pertenciam ao *ethos* e, portanto, as coisas de padrão de direito” (apud Berger & Marocco, 2008).

Mas é necessário somar ao *ethos* o pensar livre. Pensar para escutar o divino, o *daimón* que inspira. Para ter saber. Para duvidar do que aí está dado. Para indagar. Para questionar os mais poderosos hábitos e costumes, práticas e técnicas, leis e reis. Como bem colocou Sodré (2012), enquanto atravessado pelo transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. A questão do interesse público é uma constante no imaginário social dos jornalistas, um sagrado. E necessita da interação para ser ingerido cotidianamente. O saber do interesse público advém da interação obsessiva com o público e é um saber que não pode congelado em regras e fórmulas. Tem para cada acontecimento um saber. O jornalista se aproxima do interesse público no cotidiano da apuração da notícia. O interesse público não é definível. Será mais ou menos relevante para a sociedade que recebe a notícia na medida em que o jornalista fizer uma apuração mais completa. E para esta apuração ter complexidade, no caso dos temas ambientais é imprescindível a imersão do jornalista no território. E mais. Como propõe as formulações de Maturana, as relações sociais estão no “fundamento

do social através da emoção do amor” (Maturana, 2001, p. 48). Amores e afetos são para o biólogo o que de fato interferem nos juízos éticos. No emocional é que nos aproximamos e entramos em contato com os outros membros da nossa sociedade. O que surgiu nesta análise e na sua contextualização é que não há afeto entre o jornalista e o ribeirinho. Estes dois lados, protagonistas da produção jornalística, estão afastados por quilômetros e valores. Modos de vida distintos e incompreensíveis mutuamente. Porém, cabe ao jornalista construir as pontes para adentrarmos nos outros universos sobre o qual se debruça em seu ofício. Para alcançar as “mudanças estruturais mútuas” (Maturana, 2001, p. 61) que o ofício permite é necessário que os valores e princípios contemplem o outro e o múltiplo.

Este é o ponto. Diante da crise ambiental avassaladora necessita o jornalismo superar a falha metabólica do capitalismo e a natureza. A falha discursiva mostra que há possibilidades de alteração das formações discursivas, havendo espaço para a construção de outros discursos, mesmo que o contexto sociocultural não tenha sofrido alterações estruturais. Há dentro do noticiário analisado demonstrações de que o uso de fontes pode ser diferenciado e o enquadramento não exclusivo na promoção do atual modelo econômico.

6. Conclusão

A natureza pode ser e estar na formação deste outro imaginário em que o *ethos* jornalístico possa mergulhar. A imagem da água que Bachelard apontou: “a água é uma matéria que vemos nascer e crescer em toda parte. A fonte é um nascimento irresistível, um nascimento contínuo. Imagens tão grandiosas marcam para sempre o inconsciente que as amas” (Bachelard, 2002, p. 15). A água pode atuar no sentimento de afeto. O Yucumã é água, mas também é pedra e árvores. É um ambiente natural único. É uma imagem forte, ancestral, sagrada. É uma falha que une. É uma passagem para muitos lugares. É um lugar e é um não lugar. Sua imagem liberta a mente para a formação de outros sentidos. Sua complexidade não se define em um só termo. O Yucumã é força e é transformação. Tem suas profundezas em eterno movimento o potencial de um imaginário pouco compreendido pela razão. O Yucumã precisa ser sentido em seu ambiente. E estimular afetos e não apenas a racionalidade.

O *ethos* jornalístico para fazer a apreensão da complexidade deste fenômeno e produzir por meio da linguagem um discurso que o contemple, tendo como valores os aspectos do simbólico relacionados ao saber ambiental, tem de acolher também os mitos que renovam o já instituído provocando perturbações. Assim, necessita dialogar com outros saberes que conseguem ilustrar enquadramentos distintos da observação e tentativa de compreender a realidade.

Repito. No transe de sua origem e seu destino, o homem encontra o sagrado. O natural pode levar o jornalista ao transe de sua origem. E lá, vislumbrar

imagens (inquietações) do destino. O imaginário se banha na natureza, o natural pode fornecer imagens. A imagem do *daimon* leva para um caminho é o do diálogo e não da exclusão do outro. É na linguagem jornalística que, usando o termo de Lévi-Strauss (1989), que se forma uma determinada *imagines mundi*. Já dissemos que a aproximação das leis da natureza não operam exclusivamente por meio de técnicas científicas. Assim, para estabelecer uma outra relação com o natural, o homem tem de alterar sua linguagem. E fazer um esforço para deixar aflorar outros mitos existentes, talvez marginalizados por enquadramentos que diminuam nossa capacidade simbolizar.

A formação de um *ethos* jornalístico necessita da paixão e da emoção que o natural oferece ao pensamento humano, formando novas linguagens e outros discursos. Outros saberes para outra leitura do mundo, onde não é mais o progresso econômico embasado na ciência que domina a formação de sentidos. Não é suficiente para enfrentar a crise. Deve se vista não como uma crise, mas como uma nova chance de sintonizar com a maioria da população a arte de fazer jornalismo como uma ferramenta de intervenção social em benefício do equilíbrio das condições de vida mínimas, negadas hoje para mais de 1/3 dos habitantes da terra. Não basta apenas se opor ao capitalismo. Não basta apenas pensar nos discursos. Não basta apenas entender a formação da vida como uma composição cooperativa da natureza. É preciso incluir uma pequena partícula de um outro imaginário na racionalidade ocidental. É necessário semear pelos campos infinitos do simbólico as leituras silenciadas do mundo, escanteadas com a colonização da América para os rincões de fundo de mato que habitam os ribeirinhos da civilização do futuro. Está imersão nas águas conduz o ser humano ao seu nascer, a sua fonte de sentido, a miríade de sentidos possíveis. É levar a racionalidade ambiental ao um mergulho profundo no mundo não ocidental. O mundo do continente que mescla todos os povos. Da terra de muitos. Da região do Prata. Do grito dos afogados. E de não aceitar o silenciamento. E buscar um *ethos* que contemple como essência o acaso, a *contingência* e a possibilidade de liberdade.

Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (2002). *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo: Martins Fontes.
- Capra, F. (2006). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- En Azara no saben qué será de ellos por Garabí (2009, 13 de abril). *Primera Edición*. Posadas, Argentina.
- Epicuro. (1985). *Antologias de textos. Da Natureza*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural.
- Groth, O. (2011). *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais*. Petrópolis: Vozes.
- Hugo, Vitor. (1973). *Os trabalhadores do mar*. São Paulo: Abril Cultural.

- Indursky, F. (2008). Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória do sujeito em Análise do Discurso. In: Mittmann, S., Grigoletto, E., Cazarin, E.A. (orgs). *Práticas Discursivas e Identitárias*. Porto Alegre: Nova Prova Editora.
- Lévi-Strauss, C. (1989). *O Pensamento Selvagem*. São Paulo, Papirus.
- Maturana, H. (2001a). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Park, R. (2008). História natural do Jornalismo. In: Marroco, B. & Berger, C. (org.) *A era glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa: pensamento crítico sobre jornais*. Porto Alegre: Sulina.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Pêcheux, M. (2004). *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: Pontes.
- Pêcheux, M. (2010). Análise Automática do Discurso. In: Gadet, F., Hak, T. *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp.
- Pêcheux, M. (2011). Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente da psicologia social. In: Pêcheux, M. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes Editora.
- Sodré, M. (2008). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede*. 3. ed. Petrópolis: Vozes.
- Sodré, M. (2012). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2012.